

HABEAS CORPUS Nº 492.130 - PR (2019/0034802-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JOACIR MARCOS CORREA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ELINERI DOS SANTOS BENITES

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ELINERI DOS SANTOS BENITES, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento da APC n.º 0007223-22.2016.8.16.0034.

Consta dos autos que a Paciente foi condenada à pena privativa de liberdade de 9 (nove) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, pela prática dos ilícitos tipificados nos arts. 288, *caput* e parágrafo único, 180, §§ 1.º e 2.º, e art. 311, *caput*, todos do Código Penal, e art. 244-B da Lei n.º 8.069/1990, pois, em concurso de pessoas com corréu e com um adolescente, ocultou 3 veículos automotores de origem criminoso e 130 quilos de fios de cobre que pertenciam a determinada empresa de telefonia, além de ter adulterado sinal identificador dos aludidos automóveis.

O Tribunal *a quo* negou provimento ao apelo defensivo em acórdão assim ementado (fls. 14-16):

"APELAÇÃO CRIME. RECEPÇÃO QUALIFICADA (ARTIGO 180, § 1º E § 2º, DO CÓDIGO PENAL). CORRUPÇÃO DE MENOR (ARTIGO 244-B, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE). ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEICULO (ARTIGO 311, DO CÓDIGO PENAL). ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ARTIGO 288, DO CÓDIGO PENAL). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO POR PARTE DOS RÉUS. RECEPÇÃO QUALIFICADA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS CABALMENTE COMPROVADAS. VERSÃO DOS RÉUS QUE SE MOSTRAM CONTRADITÓRIAS E DISSOCIADAS DOS DEMAIS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS MILITARES QUE EFETUARAM A PRISÃO EM FLAGRANTE, QUE SE MOSTRARAM COESOS, HARMÔNICOS E CORROBORADOS POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. CONTEXTO FÁTICO QUE DEMONSTRA A PLENA CIÊNCIA DA PROVENIÊNCIA ESPÚRIA DOS OBJETOS OCULTOS EM PROVEITO PRÓPRIO, NO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COMERCIAL CLANDESTINA. CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS DO DELITO QUE EVIDENCIAM

O DOLO DOS AGENTES. CORRUPÇÃO DE MENORES. PLEITO ABSOLUTÓRIO. INVIABILIDADE. DELITO DE NATUREZA FORMAL, QUE DISPENSA PROVA DA EFETIVA CORRUPÇÃO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 500 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO HARMÔNICO NO SENTIDO DE QUE O DELITO FOI PRATICADO CONFORME DESCRIÇÃO FÁTICA CONTIDA NA DENÚNCIA. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PEDIDO ABSOLUTÓRIO. INVIABILIDADE. REQUISITOS DO TIPO PENAL DEVIDAMENTE PREENCHIDOS NO CASO EM CONCRETO. A COMPROVAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA NÃO FOI EXTRAÍDA DE UM FATO ISOLADO, MAS RESTOU DEVIDAMENTE COMPROVADA POR MEIO DA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS CONDUTAS PERPETRADAS PELOS RÉUS À ÉPOCA DA PERMANÊNCIA DELITIVA. CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO E PROVA TESTEMUNHAL. HARMÔNICA E COESA. PROVA BASTANTE. INSTRUÇÃO CRIMINAL QUE NÃO DEIXA QUALQUER IMPRECISÃO CAPAZ DE EIVAR A FORMAÇÃO DA CONVICÇÃO DESTE ÓRGÃO COLEGIADO. NEGATIVAS DE AUTORIA INFUNDADAS E ALHEIAS AOS DEMAIS ELEMENTOS COGNITIVOS QUE INSTRUEM OS AUTOS. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. PEDIDO FORMULADO PELA DEFESA DA RÉ ELINERI DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS PELA ATUAÇÃO EM SEDE RECURSAL. REVISÃO DF. POSICIONAMENTO. VERBA ARBITRADA ANTE A APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES RECURSAIS. RECURSOS CONHECIDOS F. NÃO PROVIDOS. COM DETERMINAÇÃO PARA QUE O JUÍZO DE ORIGEM. ESGOTADA A INSTÂNCIA ORDINÁRIA. PROVIDENCIE O INÍCIO DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA IMPOSTA AOS APELANTES.

I - A conduta perpetrada pelos apelantes é típica, porquanto a prova dos autos demonstra que agiram de maneira a preencher todos os elementos aptos a consubstanciar o crime de receptação qualificaria.

II - No caso, a tipicidade da conduta é inconteste, porquanto, ocultavam, em proveito próprio. 110 exercício de atividade comercial clandestina, veículos e peças automotivas já desmontadas, além de fios de cobre, que sabiam se tratar de produtos de crimes de furto e roubo.

III - Resta comprovado o preenchimento do tipo penal, inclusive, em relação ao especial fim de agir, animus lucrandi. Isso porque restou comprovado que Elineri era a proprietária do local onde funcionava a oficina irregular onde Maikon e o adolescente André laboravam, e onde os bens de origem espúria eram ocultados, de modo que as condutas (ocultação de veículos e fios de cobre subtraídos) foram perpetradas no exercício de atividade comercial, amoldando-se ao tipo penal insculpido no artigo 180. § 1º, do Código Penal.

IV - A teor do entendimento sumulado através do enunciado n.º 500 do Superior Tribunal de Justiça, 'a configuração do crime do art

244-K do EC A independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.'

V - *'Para a configuração do crime de corrupção de menores, atual artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal, cujo bem jurídico tutelado pela norma visa, sobretudo, a impedir que o maior imputável induza ou facilite a inserção ou a manutenção do menor na esfera criminal.'* (STJ, REsp 1127954/DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Seção, j. em 14/12/2011, DJe 01/02/2012)

VI - *Diante do material apreendido no imóvel, bem como do depoimento dos policiais militares, resta claro que no local funcionava uma oficina de desmanche, utilizada pelos apelantes para adulterar os sinais identificadores de veículos.*

VII - *Considerando as circunstâncias do caso e as provas angariadas no decorrer da persecutio criminis, verifica-se que a associação criminosa armada, in casu, não foi extraída de um fato isolado, estando demonstrado cabalmente a preexistência de cooperação estável e permanente dos apelantes para a prática de crimes como o de receptação e adulteração de sinal identificador de veículo, restando claro que não se trata de concurso de agentes ocasional, mas que o grupo já estava organizado para que o prévio programa delitivo fosse levado a cabo, preenchendo, assim, os requisitos objetivos e subjetivos do tipo alusivo à associação criminosa.*

VIII - *Embora viesse adotando o entendimento de que o arbitramento de honorários advocatícios no primeiro grau de jurisdição já inclui eventual trabalho do advogado em segundo grau, a fim de pacificar o entendimento nesta colenda Câmara Criminal, à luz do novo comando do Superior Tribunal de Justiça, revejo o posicionamento para fixar a verba honorária para a remuneração do defensor nomeado.*

IX - *Tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal restaurou o tradicional entendimento, no sentido de que a cumprimento provisório da pena imposta em acórdão penal condenatório, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência, determino ao Juízo de origem que, após exaurida a instância ordinária, providencie o início da execução provisória da pena imposta ao sentenciado, com a expedição ou retificação do mandado de prisão e da guia de recolhimento provisória."*

Neste writ, o Impetrante sustenta, em suma, que:

"a Paciente, mesmo estando com o endereço atualizado no processo, inclusive com dados telefônicos, não foi chamada ao processo para exercer a ampla defesa de forma a satisfazer o princípio do devido processo legal, pois não foi intimada da renúncia do defensor constituído, conforme exigência especificada na Súmula 708 do Supremo Tribunal Federal e, por fim, não foi intimada, pessoalmente, da sentença

condenatória, mesmo não tendo defensor constituído nos autos" (fls. 10-11).

Requer, em medida liminar, a suspensão da execução provisória da pena. No mérito, pretende a anulação do julgamento da apelação, "*a fim de que seja assegurado à Paciente o exercício da ampla defesa a partir da sentença condenatória*" (fl. 12).

É o relatório inicial. Passo a decidir.

Verifico, de início, que **a alegação defensiva ora suscitada não foi apreciada pelo Tribunal de origem**, que se ateve, tão-somente, à análise da tese de absolvição dos crimes previstos nos arts. 288, parágrafo único, 180, §§ 1.º e 2.º, e art. 311, *caput*, todos do Código Penal, e art. 244-B da Lei n.º 8.069/1990, nos termos do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Destarte, como o tema não foi analisado pela Corte estadual, o mesmo não pode ser originariamente examinado por este Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se as informações da Autoridade Impetrada, a serem instruídas com cópia da petição referente às razões da apelação da Paciente.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora